

# A nova pedagogia da hegemonia no Brasil

**Entrevista com Lúcia Neves<sup>1</sup> concedida a Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista em 23 de junho de 2010 em Florianópolis, SC.**

**Palavras-chave:** Neves, Lúcia Maria Wanderley – entrevistas. Política educacional. Hegemonia.

**Revista Perspectiva** – Professora Lúcia Neves, no seu livro *Educação e política no Brasil de hoje*,<sup>2</sup> a senhora discutia a política educacional nos anos de 1980 e o encerrava fazendo referência ao quadro do final daquela década. Após o balanço, a senhora analisava as perspectivas para a década de 1990. De seu ponto de vista, o cenário assim se desenhava: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estava em discussão, a revisão constitucional em andamento e as primeiras eleições diretas para presidente da República iam acontecer. A senhora indicava algumas pendências, chamando a atenção para o fato de que tudo dependeria do processo histórico que se seguisse nos anos de 1990. Poderíamos ter uma saída mais democrática ou menos democrática, uma saída que atendesse mais aos interesses do trabalho ou mais do capital. Na sequência, foi publicado o livro *A nova pedagogia da hegemonia*, em 2005.<sup>3</sup> Nesse livro, fica esclarecido que se tratava, ao final dos anos de 1980, de uma pendência política que dizia respeito aos processos de conquista e manutenção de hegemonia. Pendência essa que deriva de uma década de muitas conquistas no Brasil, mas que, nos anos 1990 e 2000, enfrentaram um recuo. Contudo, de sua perspectiva, começaram a aparecer sinais de pensamento crítico, a emergência de uma perspectiva crítica e de intelectuais com ela comprometidos. Essa é só uma primeira localização para podermos iniciar a discussão sobre a nova pedagogia da hegemonia e suas relações tanto com os anos de 1980 quanto com a década de 1990.

**Lúcia Neves** – O livro *Educação e política no Brasil de hoje* é uma síntese da minha tese de doutorado que se chamou *A hora e a vez da escola pública? Um estudo sobre os determinantes da política educacional no Brasil de hoje*.<sup>4</sup> A tese questiona os determinantes da política educacional no Brasil contemporâneo. Carlos Nelson Coutinho, meu orientador, enviou o material para a editora Cortez e eu tive de reescrevê-lo para encaixá-lo no número de páginas que a editora permitia. Eu fiz uma adaptação. Utilizei outras partes

da tese em outro livro, intitulado *Brasil 2000: nova divisão de trabalho na Educação*.<sup>5</sup> Recentemente, trocando ideias com Carlos Nelson Coutinho, ele observou que éramos muito otimistas nos anos de 1980. De fato, quando fiz a tese indagando “A hora e a vez da escola pública?”, alguns membros da banca não entenderam a interrogação. Eles queriam que eu afirmasse que seria a hora e a vez da escola pública. Parto do princípio de que a política é um processo. A definição da política educacional de um país depende do desenvolvimento das forças produtivas e do estágio da correlação das forças sociais. Não posso dizer como será a política em um tempo futuro. São as forças sociais e o próprio desenvolvimento das forças produtivas que vão determinar para onde vai a política.

Nos anos de abertura política, fui sindicalista e essa experiência corresponde a 50% do que eu penso e faço hoje. Não foi só a experiência universitária que me deu essa perspectiva teórica e política; foi também a prática político-sindical. No período final da ditadura, nos anos de transição política, eu tinha a expectativa otimista de que nós, brasileiros, pudéssemos conquistar mais direitos sociais, mas a realidade mostrou exatamente o contrário. O que foi que nos levou a estudar o que denominamos de a nova pedagogia da hegemonia? Nós, do Coletivo de Estudos de Política Educacional, atualmente grupo de pesquisa do CNPq/Fiocruz/EPJSV, professores e estudantes de pós-graduação – hoje doutores, chefes de departamento, diretores de faculdade da educação superior pública – éramos militantes do movimento social nos anos de 1980. Indagávamos: o que aconteceu para aquela efervescência se diluir? Não tínhamos a menor noção e resolvemos estudar. Eu, como coordenadora do grupo, disse aos jovens: a gente pode levar pancada da direita, do centro e da esquerda, vocês topam? Vocês estão começando a carreira, eu não. Estou em uma posição mais confortável (era professora aposentada da UFPE). Eles toparam. O Coletivo, que completou dez anos em 2010, tem por objetivo produzir conhecimento para a ação política transformadora. Sempre selecionamos temas para estudo cuja literatura ainda não esteja completamente explorada na perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico. Antes da pesquisa sobre a nova pedagogia da hegemonia, realizamos uma outra que contribuiu de forma significativa para que chegássemos àqueles resultados. Estudamos o empresariamento da educação superior nos anos de 1990. Falava-se muito, à época, sobre privatização das instituições de educação superior públicas,

mas pouco se escrevia sobre a expansão do empresariamento da educação superior, ou seja, sobre a robusta privatização que se processava nesse nível de ensino. Começamos a trabalhar na nova pedagogia da hegemonia pelo esclarecimento do conceito de sociedade civil, porque percebemos que era ali que estava a chave do problema. Queríamos saber qual era o conceito de sociedade civil que tínhamos nos anos de 1980. Indagávamos também sobre o conceito de sociedade civil que os organismos internacionais estavam propondo para os anos 2000.

O conceito de sociedade civil de Gramsci nos levou simultaneamente ao conceito de Estado ampliado. O senso comum à época, devido aos anos de ditadura militar, apreendia a aparelhagem estatal como uma instância da conservação, “o reino do mal”, e a sociedade civil como um espaço da transformação, “o reino do bem”. Isto porque era comum, naquele período, dividir a democracia em duas: a democracia representativa (democracia burguesa) e a democracia direta (socialista, proletária ou transformadora). A sociedade civil, como um espaço de luta de classes, ou seja, um espaço de conservação e também de transformação, segundo o estágio das correlações das forças sociais, e o Estado capitalista entendido, com Poulantzas, como uma condensação de relações de forças entre classes e frações de classe, fizeram-nos superar a visão dicotômica entre democracia representativa e democracia direta e perceber que a sociedade civil não seria, necessariamente, “o reino do bem”, mas sim uma dimensão do ser social que pode também contribuir decididamente para consolidar a hegemonia dos grupos dominantes. Fomos descobrindo, pouco a pouco, que a relação entre o Estado em sentido estrito e a sociedade civil vinha se modificando rapidamente desde a segunda metade dos anos de 1990. Enquanto a burguesia brasileira até meados dos anos de 1990 delegava, em boa parte, à aparelhagem estatal as tarefas de organização do consenso, a partir de então, passa a assumir diretamente, de modo mais sistemático, as iniciativas de busca do consentimento, instaurando, a partir daí, uma nova pedagogia da hegemonia.

O termo “pedagogia da hegemonia” foi utilizado por nós a partir da afirmação de Gramsci de que toda hegemonia é pedagógica. Nessa mesma época, começou a aparecer nos programas de pós-graduação em educação uma nova literatura que procurava explicar as mudanças no mundo contemporâneo. Merecem destaque, nos anos iniciais do século, nomes como Boaventura

de Souza Santos, Edgar Morin e Anthony Giddens. Resolvemos lê-los. O livro *A Terceira Via*,<sup>6</sup> de Giddens, foi inicialmente rejeitado pela maioria dos integrantes do grupo. Acharam-no muito mal escrito e sem significado histórico. Depois de uma observação mais aguda, o grupo constatou que estávamos diante de um achado: um projeto político da burguesia mundial para o século XXI. A leitura de *A Terceira Via* ajudou-nos a identificar nesse projeto o conceito de sociedade, a formulação de um Estado de novo tipo, a criação de um espaço social novo – o terceiro setor – ou simplesmente *o social*, constituído por uma “sociedade civil ativa”, espaço de harmonização de interesses, de concertação social. Esses fundamentos teóricos e políticos nos ajudaram a ver que estava em curso uma estratégia mundial capitalista de repolitização da política que segue mudando rapidamente a arquitetura e a dinâmica da sociedade civil brasileira na atualidade.

Essa mudança se efetiva por meio de três movimentos concomitantes: o primeiro refere-se à conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo. São responsáveis principais pela difusão desses valores: a escola, a igreja e a mídia. O segundo corresponde à assimilação dos movimentos sociais classistas ao projeto neoliberal “requeitado e requintado” da Terceira Via. De uma perspectiva democrática de massas, pouco a pouco, o próprio Partido dos Trabalhadores foi redefinindo suas proposições e assimilando postulados da Terceira Via. O sindicalismo autônomo foi criando vínculos com esse projeto político antes mesmo do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Isto, na área da educação, fica claro, por exemplo, quando a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), em troca de um piso salarial nacional, freou a organização dos professores da educação básica na primeira metade dos anos de 1990. Em lugar de um piso salarial nacional, o governo FHC acenou com o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A perda de um piso nacional à época e a desarticulação da organização dos professores significaram um recuo expressivo da luta dos docentes da educação básica. Além da formação de novos valores, da desarticulação de um projeto político das classes trabalhadoras, inicia-se um movimento caracterizado pela proliferação de novos aparelhos privados de hegemonia, denominados genericamente de ONG (organizações não governamentais). Elas chegaram ao Brasil nos

anos finais da década de 1980, trazidas, em boa parte, por exilados políticos que acreditavam numa nova forma de fazer política e que buscaram, para isso, financiamentos confessionais e laicos de organismos estrangeiros. Só na segunda metade dos anos de 1990, as empresas brasileiras começam a expandir sistematicamente suas fundações e desenvolvem, nos anos 2000, uma rede complexa de intelectuais da nova pedagogia da hegemonia com vistas à difusão da ideologia da responsabilidade social.

Nos anos de 1990 era muito difícil fazer críticas às ONG, porque elas eram vistas por parte significativa dos militantes dos movimentos sociais como organizações “do bem”, porque se achavam situadas na sociedade civil. Nós caracterizamos as ONG como organismos que tinham como finalidade principal propiciar a redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, embora algumas delas ainda guardassem a ideologia do projeto democrático de massas dos anos de 1980. Além do processo de repolitização da política, o grupo investigou também as mudanças ocorridas na aparelhagem estatal. O Estado capitalista neoliberal no Brasil redefiniu também a sua arquitetura e a sua dinâmica, realizando uma reforma na sua aparelhagem, com vistas a metamorfosear o Estado de Bem-Estar Social – produtor de bens e serviços – em um Estado gerencial, responsável pela instauração da chamada “sociedade do bem-estar”.

Um outro conceito gramsciano que nos ajudou a entender as estratégias da nova pedagogia da hegemonia foi o de Estado educador. Por meio desse dele, pudemos captar as novas estratégias e dominação de classe da burguesia brasileira na atualidade. A burguesia, diretamente e por meio do Estado gerencial, sem abandonar o uso da coerção, passou a utilizar fartamente estratégias de obtenção do consenso. Esse movimento só começa a ser percebido com maior clareza quando os estudos oficiais passaram a divulgar o crescimento das Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos) no Brasil dos anos 2000.

Aquela impressão inicial que tínhamos de que iríamos ser muito criticados não se confirmou. O tempo da pesquisa foi o tempo necessário para que os acontecimentos recentes fossem mais bem compreendidos. Quando iniciamos o nosso estudo, não encontrávamos nenhuma literatura que nos desse base para seguir com a reflexão que iniciamos. Logo em seguida, encontramos um lindo texto do Paulo Arantes, *Esquerda e direita no espelho das ONGS*.<sup>7</sup> Ficamos muito felizes de encontrar alguém pensando próximo

a nós. Simultaneamente, lemos as entrevistas do cineasta Sérgio Bianchi, diretor do filme *Quanto vale ou é por quilo?*, lançado em 2005. Percebemos que não estávamos tão sozinhos. O nosso esforço parece ter valido a pena.

**Revista Perspectiva** – Professora Lúcia Neves, quanto a esse último aspecto, queríamos fazer uma relação entre essa política e o papel dos intelectuais. No caso da educação, no governo FHC tínhamos o fenômeno da cooptação e o fenômeno da adesão, se se pode falar assim dos intelectuais, no governo FHC. Naquele governo havia grandes figuras, sabíamos quem eram os autores da política, quem eram os intelectuais que a produziam. Mas parece que no governo Lula não temos essas grandes figuras. A impressão que temos é que essa intelectualidade está cada vez mais capilarizada. No governo FHC, conseguimos fazer a crítica a esses intelectuais. Lemos o que eles escreveram. Mas no governo Lula esse fenômeno não é tão óbvio, tão evidente. Como analisa esse processo, essa espécie de trabalho intelectual que não se concentra em um grande intelectual dentro do governo. Vínhamos pensando na idéia de intelectual colaboracionista, que talvez não seja orgânico, mas é colaborador do Estado, diferente do cooptado e do reconvertido. O intelectual colaboracionista tem clareza sobre o que faz. Enfim, como é que vê isso na área de educação propriamente.

**Lúcia Neves** – Venho estudando as políticas educacionais desde os anos de 1980. Em um primeiro momento, considerava que a transição política no Brasil havia se processado no período de 1985 a 1995. Hoje fica mais claro que a transição política que se iniciou em 1985 se estendeu até o segundo governo FHC. Os governos Lula da Silva, por sua vez, implementaram as políticas do capitalismo neoliberal de Terceira Via.

**Revista Perspectiva** – Um parêntese: a reforma da educação fica clara no governo FHC, mas o recrudescimento da reforma acontece no governo Lula.

**Lúcia Neves** – Os dois governos FHC realizaram o desmonte das bases do capitalismo desenvolvimentista e definiram um novo arcabouço jurídico para a execução das políticas neoliberais de Terceira Via. Esse processo está, em parte, registrado no livro *O desmonte da nação – Balanço do governo FHC*,<sup>8</sup> organizado por Ivo Lesbaupin. Vale a pena lembrar que, no primeiro ano do primeiro governo FHC, foram votadas pelo Congresso Nacional inúmeras emendas constitucionais que redefiniram importantes preceitos da Constituição Federal de 1988. Ao longo dos oito anos de seu governo, foram

aprovados tantos dispositivos legais que a população não conseguiu assimilar. Nesse período, foi efetivada a reforma da aparelhagem estatal que forneceu as bases para que se efetivasse a nova relação entre Estado e sociedade civil, que viabilizou a implementação de políticas sociais neoliberais privatistas e focalizadas no atendimento dos chamados “excluídos”. Quando teve início o primeiro governo de Lula da Silva, já existia toda uma estrutura econômica, jurídica e política montada para viabilizar a proposta neoliberal de Terceira Via de pôr em ação “um Estado mais próximo do povo”, proposta do Banco Mundial desde o ano de 1997. Esses fatos fazem parecer os governos Lula da Silva mais populares do que os governos FHC. Os fundamentos dos seus projetos políticos são, no entanto, idênticos.

Vamos falar da relação entre intelectuais e política. O Coletivo, no seu livro mais recente, *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*,<sup>9</sup> procurou fazer uma relação entre conhecimento e hegemonia. Para isso, realizou primeiramente uma releitura da concepção gramsciana de intelectual. No senso comum, intelectual é aquele que sabe mais, que tem mais conhecimento das coisas, é um letrado. Para Gramsci, no entanto, intelectual é aquele que organiza a cultura em diferentes níveis. Alguns são formuladores de concepções de mundo, outros são divulgadores dessas concepções. Segundo esta concepção gramsciana, os intelectuais não se restringem à vanguarda intelectual ou política. O professor da educação superior e também o da educação básica são intelectuais orgânicos de projetos de sociabilidade. Eles podem contribuir para consolidar a hegemonia de um projeto político conservador ou mesmo colaborar na construção de uma outra direção moral e intelectual em um determinado momento histórico. No Brasil, os trabalhos dos historiadores Sônia Mendonça e Eurelino Coelho<sup>10</sup> contribuem decisivamente para ampliar o conceito de intelectual na sua dimensão ético-política e foram de grande valor para o desenvolvimento dos nossos estudos. Estes revelaram que, na atualidade, os intelectuais, ao se restringirem à sua dimensão individual, são também os mais diferentes organismos culturais e políticos da sociedade. A Rede Globo de Televisão, por exemplo, exerce a função de intelectual orgânico da nova pedagogia da hegemonia. Assim também funcionam como intelectuais da nova pedagogia a Fundação Getúlio Vargas e as sempre mais “eficientes” empresas educacionais. O nosso estudo destacou ainda que a formação do intelectual se processa simultaneamente nas escolas

e nos mais diferentes aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Nessa perspectiva, os professores têm um papel decisivo na consolidação de projetos societários. É por isso que a formação de educadores vem se constituindo em política estratégica dos governos neoliberais da Terceira Via no Brasil e no mundo. As classes dominantes no Brasil de hoje sabem que é preciso educar os educadores segundo os fundamentos técnicos e ético-políticos de seu projeto de sociedade e de sociabilidade. Houve, de fato, nos governos FHC e Lula da Silva, um processo progressivo de assimilação molecular (individual) e de grupos, de intelectuais aos postulados do projeto hegemônico. Constatamos também que houve, durante esses períodos de governo, um aumento significativo no volume e na morfologia dos intelectuais brasileiros. A capilaridade na maneira de atuar se constituiu como a principal característica dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia, hoje a maioria dos intelectuais no Brasil.

Devido ao surgimento de novos movimentos sociais voltados para a organização política em torno de questões não trabalhistas e também por causa do desenvolvimento de políticas sociais privatistas e fragmentárias, expandiram-se consideravelmente os aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. Em 2005, por exemplo, existiam no país em torno de 330 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil), sem falar no número de voluntários, cerca de 18 milhões no início desta década, e das empresas prestadoras de serviços sociais. A cada momento vão se ampliando as redes sociais que se tornam simultaneamente mais empresariais. Um segundo passo na nossa pesquisa foi identificar os fundamentos históricos e filosóficos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. Pensamos inicialmente que poderíamos encontrar um autor que norteasse a nossa investigação, como ocorreu com Anthony Giddens no livro anterior. Cheguei a pensar inclusive em J. Harbermas, devido a sua teoria do agir comunicativo; depois, concluímos que, em razão da ampla gama de influências de novas teorias sociológicas, seria mais pertinente rastrear autores que haviam teorizado sobre o surgimento de um novo mundo, utilizando abordagens as mais distintas. Em seguida, procuramos identificar a relação entre suas proposições e os enunciados centrais do projeto político da Terceira Via. Verificamos que essas ideias foram assimiladas por órgãos definidores de política e foram pouco a pouco, em diferentes linguagens, se estendendo por todo o tecido social,

consolidando dessa forma um novo senso comum. Alguns conceitos, como “parceria”, próprios da ideologia dominante, fazem parte desse novo senso comum. Eles vêm sendo assimilados acriticamente inclusive por intelectuais contrários ao projeto hegemônico. Os autores estudados por nós foram Adam Schaff, Alain Touraine, Antonio Negri, Daniel Bell, Edgar Morin, Manuel Castels, Michael Hardt, Peter Drucker, Robert Putnam e Zygmunt Bauman. Analisamos também como essas ideias foram sendo historicamente engendradas, destacando o papel da CIA e dos organismos internacionais na formação/atuação de intelectuais no mundo, na América Latina e no Brasil. Por fim, estudamos duas instituições, intelectuais da nova pedagogia da hegemonia: a Fundação Getúlio Vargas, expressão da direita para o social, e o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), expressão da esquerda para o capital, com vistas a verificar como no cotidiano de sua prática político-ideológica esses intelectuais contribuem para difundir os preceitos da nova pedagogia da hegemonia.

**Revista Perspectiva** – Vocês fazem uma distinção entre dois tipos de neoliberalismo: neoliberalismo e neoliberalismo da Terceira Via. Poderia explicar isso melhor?

**Lúcia Neves** – Nos anos iniciais do capitalismo neoliberal, as medidas tomadas pelos governos nacionais, denominadas de Consenso de Washington, reduziram a intervenção direta do Estado na economia e nas áreas sociais. Essas medidas trouxeram como consequência imediata o aumento da pobreza em nível mundial. Mercado com justiça social foi a solução encontrada pelos governos capitalistas para a correção de rumos do projeto político neoliberal para o século XXI. Nem social-democracia clássica, nem “fundamentalismo de mercado”, mas uma Terceira Via. Neste refinamento teórico e prático, que chamamos de neoliberalismo de Terceira Via, são mantidos os fundamentos do capitalismo neoliberal, acrescidos de medidas paliativas para minorar as condições miseráveis de vida de grande parte da população mundial e, ao mesmo tempo, garantir a “paz social”. São emblemáticas entre essas medidas no Brasil o Programa Comunidade Solidária, dos governos FHC, e o Programa Fome Zero e Bolsa Família, dos governos Lula da Silva. No neoliberalismo da Terceira Via reestruturam-se as relações de poder, a concertação social (*concertación*) se estabelece como prática política majoritária em que o bloco histórico hegemônico cede às pressões sociais fragmentárias, para manter intactas as

bases do projeto hegemônico no seu todo. Esse movimento é observável na reforma da educação superior que está em processo. Os governantes oferecem aos estudantes o Prouni [Programa Universidade para Todos], oferecem aos professores uma nova carreira e melhoria salarial, cativam os pesquisadores pelo financiando individual de seus projetos, distribuem um maior volume de recursos aos dirigentes das instituições de ensino superior, mas implementam na íntegra o projeto de Educação Terciária proposto pelos Banco Mundial, Unesco e OCDE.

**Revista Perspectiva** – Há um fenômeno de cooptação dos professores na universidade pela política de editais. Essa política é uma forma de se conseguir um sobre-salário e, ao mesmo tempo, aderir às políticas do Lula, do governo.

**Lúcia Neves** – O financiamento pessoal da pesquisa tem se configurado em importante instrumento de “sedução” de docentes. O professor da educação superior, em boa parte, é um profissional de uma área específica travestido em educador. Para ele, em geral, basta que tenha os recursos para realizar o seu trabalho. O projeto político de sociedade ou mesmo o modelo de educação utilizado pelos dirigentes do país ou das instituições de ensino superior não se constituem para ele uma questão fundamental. A prática de editais, ao mesmo tempo em que satisfaz o pesquisador individualmente, transforma simultaneamente parcela das instituições públicas em “ilhas de excelência”, com auditórios luxuosos, salas dotadas de todo um arsenal tecnológico de ponta, em áreas prioritárias das políticas oficiais. Entretanto, os departamentos de ensino de áreas não estratégicas para a política oficial permanecem em estado lastimável de conservação e uso: cadeiras quebradas, goteiras no teto, banheiros em péssimo estado. Esses editais funcionam decididamente como instrumentos da nova pedagogia da hegemonia voltados para as instituições de educação superior. Essas estratégias, no entanto, variam de acordo com a fatia da população que se quer atingir. O professor das séries iniciais, por exemplo, após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, viu-se impelido a completar sua formação profissional em um prazo de dez anos. Além de pagar por essa complementação, esse professor teve a formação fortemente influenciada pela ideologia da concertação social nas instituições privadas de ensino, uma formação voltada majoritariamente para a conservação social nesses novos tempos de novo imperialismo. Outra estratégia da nova pedagogia da hegemonia, voltada

para a sedução de educadores da educação básica ao projeto hegemônico de sociedade e de educação na atualidade brasileira, vem sendo a utilização, em larga escala, da educação a distância que, ao mesmo tempo em que aligeira a capacitação docente, difunde os fundamentos da nova proposta de educação, reforçando os elementos conservadores e pragmáticos da formação docente. Essas estratégias de sedução docente aos fundamentos da nova pedagogia da hegemonia certamente têm contribuído para imprimir à formação das novas gerações de brasileiros um caráter mais pragmático e conservador.

**Revista Perspectiva** – Professora Lúcia, fizemos um levantamento sobre todas as ações que o Lula está desenvolvendo hoje no que tange à formação de professores. A gente listou mais de quarenta iniciativas dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação. Para nós, isso configura claramente o Estado Educador.

**Lúcia Neves** – Nós, no Coletivo, estamos também atentos à política de formação de intelectuais orgânicos da nova pedagogia da hegemonia, entre os quais se incluem os professores. Creio que as pesquisas que vocês desenvolvem aqui no Programa de Pós-Graduação serão de grande valia para o nosso novo estudo: a formação para o trabalho simples no Brasil de hoje. Há uma orientanda de um integrante do Coletivo, André Martins, em Juiz de Fora, Minas Gerais, que está começando a estudar a *Escola que Vale*, programa da Companhia Vale do Rio Doce desenvolvido em inúmeros municípios de cinco estados brasileiros, tendo como prioridade a formação de professores. Denominadas de Casa de Professor, ali são formados professores da educação básica municipal, segundo os objetivos político-pedagógicos da empresa. Eu acho que, como educadores, temos que estar atentos a essas ações recentes, realizando pesquisas que demonstrem para a sociedade como esse processo vem ocorrendo.

**Revista Perspectiva** – Como diz o Roberto Leher,<sup>11</sup> no prefácio do livro, “o campo ideológico dominante procura limitar os trabalhadores a duas opções: apoiar a opção menos pior ou referendar a direta clássica”.

**Lúcia Neves** – Gramsci dizia que somente uma filosofia que se transforma em movimento cultural torna-se orgânica. Hoje não existe no Brasil nenhuma ideologia orgânica numa perspectiva de transformação. Mas eu sinto, pelo menos na área de educação, um desejo de querer entender, os jovens principalmente, o porquê da nossa realidade atual. Eu gostei de uma

entrevista que o Gaudêncio Frigotto deu recentemente na Fiocruz, em que dizia que nós, os marxistas, somos, neste início de século, os novíssimos. Na ideologia da sociedade do conhecimento, difundida largamente nas duas últimas décadas, somos considerados como dinossauros. Mas, para essa nova geração, segundo Frigotto, somos a possibilidade do novíssimo. Se eu tivesse ouvido essas palavras há quinze dias atrás, eu ia pensar que ele estava muito otimista, que eram palavras de um ativista político querendo manter acesa a chama. O Coletivo escolheu um título bastante ostensivo para o seu novo livro: *Direita para o capital, esquerda para o social*. Eu sinceramente achava que não iríamos ter leitores para a obra, justamente em um ano eleitoral, mas aconteceu o contrário. Eu estou perplexa. A expressão *pororoca do novo mundo*, para esse movimento que se processou nas décadas de 1990 e 2000, no qual duas forças políticas se unem para reproduzir, cada uma ao seu modo, as relações sociais capitalistas entre nós, parece ter obtido larga aceitação. Creio que a parte ainda pequena da sociedade está querendo uma alternativa, algo diferente do que está posto. Percebo também que muitas pessoas votaram em Dilma para presidente a contragosto. Eu estou atenta a esse momento histórico, mas minha caixinha da contra-hegemonia (arquivo onde faço o registro das manifestações de insatisfação dos diferentes segmentos da sociedade) ainda está bastante vazia. Thompson observou que a formação da classe operária da Inglaterra aconteceu exatamente no momento em que parecia que estava tudo muito parado, quando de fato as coisas estavam em movimento. Vamos ver se essas idéias de Thompson se prestarão para descrever a ação política contra-hegemônica no Brasil em um futuro muito próximo.

## Notas

- 1 Lúcia Maria Wanderley Neves. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora participante do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ).
- 2 Cf. *Educação e Política no Brasil de Hoje*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 1994.

- 3 Cf. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- 4 NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A hora e a vez da escola pública? Um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje*. 1991. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- 5 NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- 6 GIDDENS, Anthony. *Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- 7 ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e direita no espelho das ONGs. Cadernos Abong, 27*, São Paulo, 2000.
- 8 Cf. Lesbaupin, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- 9 NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Direita para o social e esquerda para o capital. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.
- 10 COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2005.
- 11 LEHER, Roberto. Prefácio. Uma penetrante perspectiva teórica para compreender como os dominantes dominam. NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010. p. 11-22.

**Lúcia Maria Wanderley Neves**

*E-mail:* [lucianeves@globo.com.br](mailto:lucianeves@globo.com.br)

**Eneida Oto Shiroma**

*E-mail:* [eneida@ced.ufsc.br](mailto:eneida@ced.ufsc.br)

**Olinda Evangelista**

*E-mail:* [olindaevangelista35@hotmail.com](mailto:olindaevangelista35@hotmail.com)